



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

ISSN on line  
2359-2826

**Policiais militares e eleições proporcionais no Paraná:  
análise sobre os candidatos a deputado estadual e a  
deputado federal de 1998 a 2014**

Elias Ariel de Souza (uninter)

**newsletter**

v. 2 ▪ n. 13 ▪ dezembro, 2015

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

## **Policiais militares e eleições proporcionais no Paraná: análise sobre os candidatos a deputado estadual e a deputado federal de 1998 a 2014**

Elias Ariel de Souza (uninter) \*

### **Resumo**

A exemplo do que ocorre no Brasil, a participação de policiais militares a cargos eletivos vem aumentando substancialmente desde 1998 no Paraná. Na presente análise buscamos nos setores oficiais da Polícia Militar do Paraná dados referentes a policiais militares candidatos aos parlamentos estadual e federal desde a redemocratização. Os registros apontaram um universo de 46 candidatos sendo a primeira participação registrada no pleito de 1998. O universo de candidatos divide-se em números absolutos em 39 praças (estratos subordinados) e 06 oficiais (estratos dirigentes). Pelo que se analisou dos pleitos de 1998 a 2014, 37 candidatos dos 46 que constituem o universo pesquisado optaram em concorrer a uma cadeira no parlamento estadual, ou seja, esta opção representou 80, 4 % das escolhas. Observa-se também que o conjunto de policiais militares candidatos aos parlamentos estadual e federal situa-se prevalentemente no espectro ideológico de direita. Verifica-se no período histórico analisado a absoluta ausência da opção por pequenos partidos de esquerda por parte dos candidatos policiais militares, embora apareçam de forma significativa nos grandes partidos desse espectro ideológico. Mesmo frente a um universo relativamente pequeno, há uma evolução constante na participação de policiais militares paranaenses em eleições proporcionais no período, saindo de 02 candidatos em 1998 para 12 candidatos em 2014, contudo, a taxa de sucesso eleitoral ainda é nula para estes aspirantes aos parlamentos.

**Palavras-Chave:** policiais militares, eleições proporcionais, Estado do Paraná.

### **Abstract**

Similar to what occurs in Brazil, the participation of the military police officers to elected positions has increased substantially since 1998 in Paraná State. In this analysis we seek in official sectors of the Military Police of Paraná State the particulars of military police candidates to state and federal parliaments since the return to democracy. The records showed a universe of 46 candidates being the first registered participation in the 1998 elections. The universe of candidates is divided in 39 members of the subordinate layer and 06 members of the leader layer. From that was analyzed in the 1998-2014 elections, 37 candidates of the 46 that make up the universe surveyed, chose to run for a seat in the state parliament. It means this option accounted for 80, 4% of the choices. It also notes that the number of military police candidates to state and federal parliaments is located predominantly in the ideological right spectrum. There is in the historical period analyzed the absolute absence of choice to small leftist parties by the military police candidates. However, the left is significantly present in their options. Even looking at a relatively small universe, there is a regular evolution in the participation of Paraná military police in proportional elections in the period, starting from 02 candidates in 1998 to 12 candidates in 2014. Anyway, the electoral success rate is still zero for these aspiring to parliaments.

**Key words:** military police officers, proportional elections, Paraná State.

## Introdução

Policiais militares foram também agraciados pelos efeitos da redemocratização com a ampliação dos direitos políticos. Antes de 1988 a participação de policiais militares no processo eleitoral, enquanto militares estaduais, não era universal. A constituição de 1969, derrocada pela carta de 1988, excluía totalmente do processo cabos e soldados e, de outro lado, tornava optativo o alistamento e o voto para os oficiais e demais estratos subordinados:

Art. 147 – São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, alistados na forma da lei.

§ 1º O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

**§ 2 Os militares serão alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos de escolas militares de ensino superior para a formação de oficiais (CF 1969).**

Já após a Constituição de 1988 se veem, como todo brasileiro em condições e critérios atendidos em lei, obrigados a votar e aptos a serem votados. Do ponto de vista formal, igualando-se aos cidadãos civis.

Nos dedicamos neste trabalho aos pleitos eleitorais havidos desde 1998 até 2014, extraído da fonte acessada os candidatos - em serviço ativo<sup>1</sup> no momento dos pleitos - pertencentes à Polícia Militar do Paraná (PMPR) e que concorreram aos parlamentos estadual e federal. Não se incluiu na análise os bombeiros<sup>2</sup> militares que, em que pese também pertencerem à Polícia Militar, atuam em atividade diferenciada em relação aos policias militares.

Os dados a seguir analisados foram colhidos junto ao setor de recursos humanos da Polícia Militar do Paraná, setor pertencente à estrutura de Estado-Maior (EM) nominada 1ª Seção do Estado-Maior, responsável pela legislação e controle de pessoal e da 2ª Seção do Estado-Maior cuja função estabelecida em organograma institucional é a de produção, registro e controle de informações.

Os dados apresentam alta confiabilidade uma vez que se originam em registros institucionais internos detalhados a respeito de candidatos que concorreram a pleitos eleitorais. Registros estes importantes para cumprir paramentos legais que proporcionam afastamento oficial para concorrer às eleições, bem como, obrigações e direitos daí decorrentes. Além disso, também representam fonte diversa daquelas usualmente encontrada neste tipo de trabalho: os Tribunais Regionais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral. Por consequência, pode permitir novas informações e interpretações sobre o tema, principalmente por permitir captar a posição hierárquica do candidato policial militar, se oficial ou praça. Esta é uma informação que os Tribunais Eleitorais não recolhem destes candidatos.

O universo pesquisado se traduz em 46 (quarenta e seis) integrantes entre homens, mulheres,

---

<sup>1</sup> Para efeitos de atividade não se considerou os policiais militares afastados ou aposentados por tempo de serviço, limite de idade ou por problemas de saúde.

<sup>2</sup> Bombeiros, mesmo que também pertencentes a Policia Militar, tem socialização profissional de modo diferenciado na perspectiva da missão ou do papel social. Enquanto policiais militares atuam na prevenção e repressão de crimes, ou seja, atuam em meio aos processos de violência e criminalidade difusa, ativamente empregando a força pretensamente monopolizada pelo Estado, bombeiros militares atuam na assistência, no socorro, na preservação de vidas e patrimônio, tais diferenças importam, portanto, em como cada um se vê na realidade social e em como a sociedade os enxergam também.

praças e oficiais das carreiras<sup>3</sup> e quadros da Polícia Militar, concorrentes de 1998 a 2014. Portanto, embora os dados abranjam cinco legislaturas, devido ao reduzido número de casos, a análise que se segue é de natureza estritamente qualitativa. Nesse sentido, os gráficos e tabelas presentes ao longo do texto limitam-se a sintetizar e a facilitar a visualização das informações – sem nenhuma pretensão de estabelecer relações estatísticas entre variáveis.

Os registros apontam que a primeira eleição proporcional onde houve participação de policiais militares após o processo de redemocratização de 1988 foram as eleições de 1998, assim este será o período considerado, 1998 até 2014, não havendo registro de participação em 1994.

### Dados gerais do universo de candidatos

Os dados referentes ao total de efetivo da Polícia Militar do Paraná são institucionalmente considerados dados controlados. Assim, mesmo o autor tendo tido conhecimento do número que representa, comprometeu-se em não o difundir. Desta forma não se pode estabelecer percentuais exatos do quanto os candidatos policiais militares representam no universo do efetivo da polícia militar.

De toda sorte, podemos, a partir do dado conhecido e não difundido do efetivo total, estabelecer percentuais relativos da representação de gênero e de classe. Neste sentido, como se vê na Tabela 01, a classe das praças representa 94,48% do total de efetivo da PM e a classe dos oficiais representa 5,52 % dele. Ainda, o total de efetivo está dividido em 89,95% de homens e 10,05 % de mulheres.

**Tabela 1. Distribuição percentual no efetivo total da PMPR segundo classe e sexo**

Oficiais	Praças	Homens	Mulheres
5,52%	94,48%	89,95%	10,05%

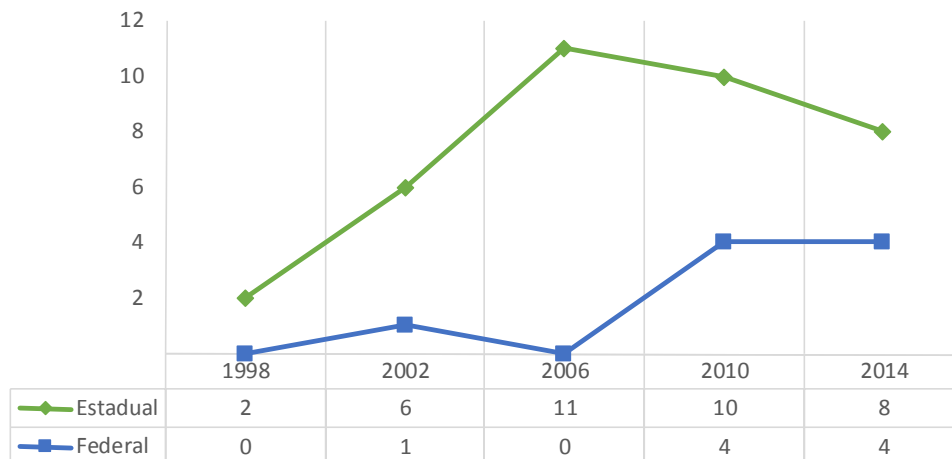
Fonte: PMPR/Estado-Maior/1ª Seção - 2015

### Cronologia da participação

Considerando o período histórico, de 1998 a 2014, verifica-se:

<sup>3</sup> As carreiras na Polícia Militar do Paraná dividem-se em classes. A classe das praças, que engloba os estratos subordinados de execução operacional. Em ordem crescente: Soldado, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente. O acesso à carreira das praças se dá como soldado via concurso público com exigência mínima de ensino secundário completo. Suas progressões de carreira se dão por parâmetros de “Antiguidade” e “Merecimento”, dentro de dispositivos regulados pela Lei de Promoção de Praças. A classe dos oficiais que engloba os estratos dirigentes, comando e planejamento, acessa a carreira via vestibular unificado da UFPR, onde formados alcançam o nível de “Aspirante a Oficial”, graduando como Bacharel em Segurança Pública. Os oficiais ascendem aos postos cumprindo requisitos legais de “Antiguidade” e “Merecimento”, regulados pela Lei de Promoção de Oficiais. Distribuídos forma crescente: 2º Tenente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-coronel e Coronel. As praças podem, eventualmente, mudar de classe e acessar ao oficialato seja pelo processo de vestibular unificado ou por concurso interno onde, neste caso, se recruta para a formação de oficiais para a atividade meio, iniciando na base do oficialato como 2º tenente.

**Gráfico 1 – Evolução cronológica de participação – cargo disputado**

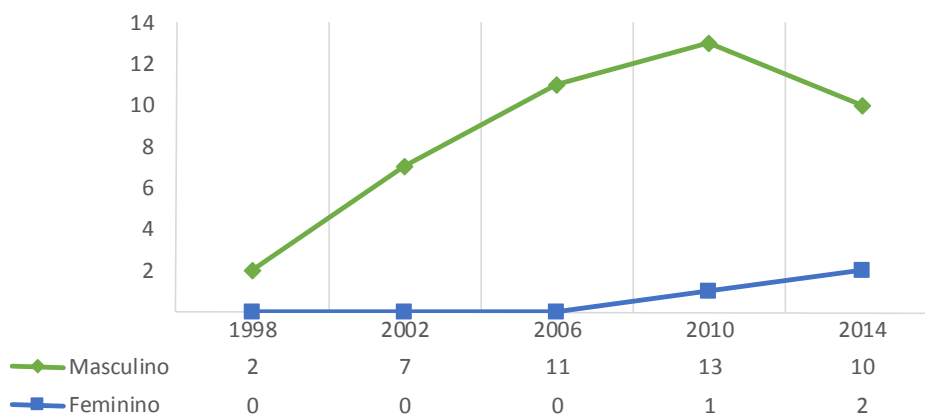


Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

A participação inaugural de policiais militares paranaenses em eleições proporcionais, como posta no gráfico 01 acima, ainda mais em se considerando a ausência de qualquer participação no pleito de 1994, poderia levar à impressão de que tratar-se-ia de números pouco significativos. Contudo, há que se entender que a redemocratização é um processo. A mudança de regime implica na possibilidade de construção de novas opções políticas. Não acontece de forma abrupta, necessita, pois, de tempo e espaço. Neste sentido, fica evidente que a cronologia histórica aponta para uma nítida evolução na participação de policiais militares do Estado do Paraná em eleições proporcionais, a contar de 1998<sup>4</sup>.

Nos gráficos 02 e 03 que seguem, pode-se visualizar a evolução cronológica da participação a partir dos critérios de sexo e de classe de carreira. Revelam, respectivamente, a predominância de homens e de praças. As praças, especialmente, em aumento constante no período histórico considerado:

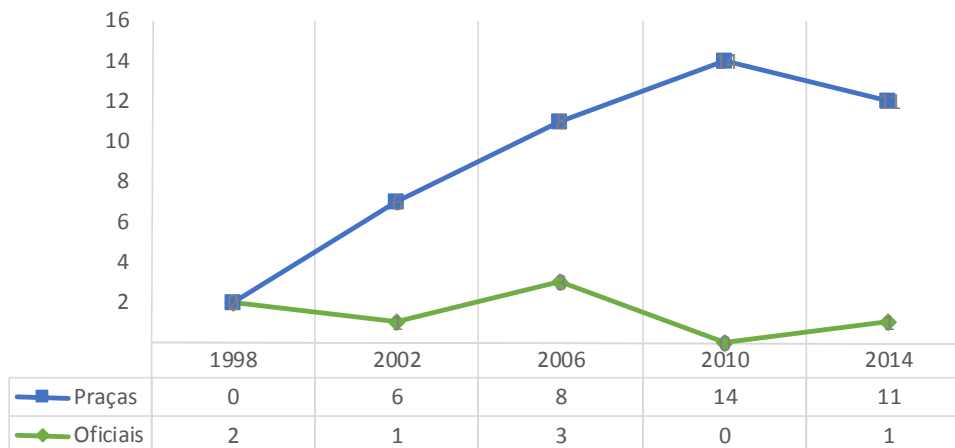
**Gráfico 2 – Evolução cronológica de participação - sexo**



Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

<sup>4</sup> Os registros apontam o número de candidatos a cada pleito da seguinte forma: 1998/02 candidatos; 2002/06 candidatos; 2006/11 candidatos; 2010/15 candidatos e 2014/12 candidatos.

Gráfico 3 – Evolução cronológica de participação – classe de carreira, oficiais e praças



Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

Todavia, para além da participação em si, é necessário também expressar como se coloca a opção partidária dos concorrentes, como se encontram distribuídos dentro de um espectro político-ideológico e qual o comportamento cronológico em termos de adesão à determinada corrente ou outra, como trataremos no item seguinte.

### A participação no espectro ideológico partidário

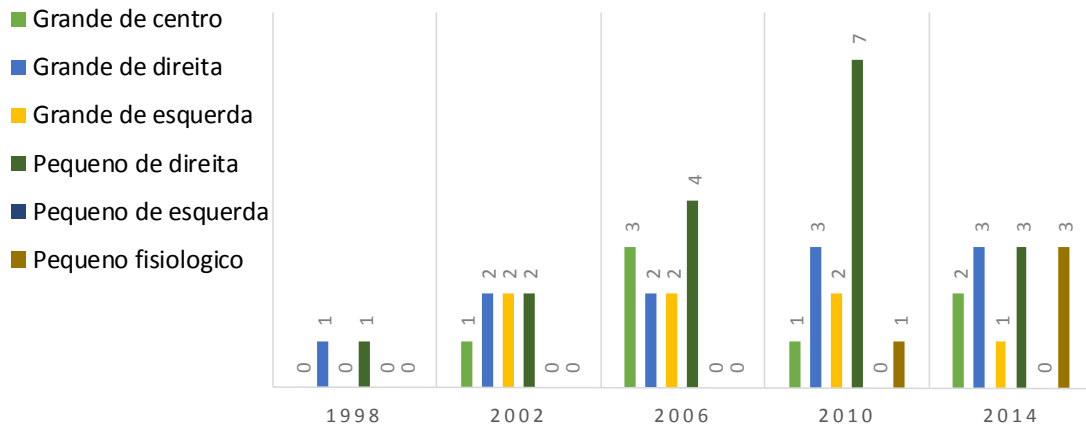
Para efeitos de análises do ponto de vista dos candidatos policiais militares em relação as suas opções ideológico-partidárias, utilizamos o espectro ideológico partidário estabelecido pelo Observatório das Elites Sociais e Políticas do Brasil<sup>5</sup> em 2014, constante do estudo realizado por Fábila Berlatto e Adriano Codato, intitulado “Candidatos policiais na política nacional<sup>6</sup>”.

Inicialmente, no gráfico 04, podemos observar de forma geral o comportamento dos candidatos enquanto escolha de partidos políticos e suas correspondentes tendências ideológicas ao longo do período analisado, destacando-se: contínuo crescimento na escolha por partidos pequenos de direita e grandes de direita; crescimento de grandes de centro; pequenos fisiológicos com crescimento a partir de 2010; presença estável de grandes de esquerda a partir de 2002 e, ausência completa de pequenos de esquerda em todas as eleições:

<sup>5</sup> Observatório das elites sociais e políticas do Brasil, Universidade Federal do Paraná, Núcleo de pesquisas em sociologia política brasileira (NUSP/UFPR).

<sup>6</sup> Em “Candidatos policiais na política nacional” de BERLATTO e CODATO, dividem o espectro ideológico partidário em seis grandes grupos com seus respectivos partidos da seguinte maneira: **Grande de Centro** (PMDB, PPS, PSDB, PV e SD); **Grande de Direita** (DEM, PFL, PL, PP, PPB, PR, PSC, PSD e PTB); **Grande de Esquerda** (PDT, PSB e PT); **Pequeno de Direita** (PAM, PGT, PMN, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PSN, PST e PTC); **Pequeno de Esquerda** (PC do B, PCB, PPL e PSOL) e **Pequeno Fisiológico** (PEN, PHS, PROS, PT do B e PTN).

Gráfico 4 - Cronologia do espectro partidário ideológico - 1998 a 2014



Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

No caso específico do espectro ideológico de direita, agrega pequenos e grandes partidos. Os achados apresentados no gráfico 04 guardam determinada semelhança com o que foi detectado por Emerson Cervi na análise das bancadas de direita no Brasil de 1945 até 2014, onde, apesar de perceber que em 2006 a direita chegou ao patamar mais baixo de proporção de cadeiras desde 1946, desde então, nos pleitos de 2010 e 2014 essa categoria apresentou consistente crescimento. Nas palavras de Cervi: “se continuar nessa velocidade o "jacaré fecha a boca" novamente em 2018”. (CERVI, 2014, p.03), no sentido de uma provável supremacia da direita para as eleições seguintes e, complementa:

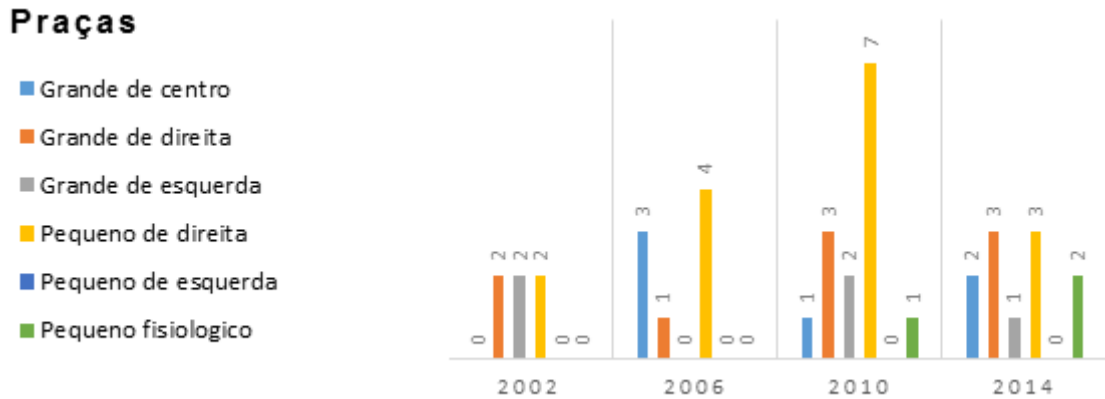
Porém, os tradicionais partidos de direita não estão crescendo. Mais do que um crescimento da direita, o que parece estar acontecendo é uma substituição da direita tradicional por novos partidos (médios e pequenos) de direita na Câmara de Deputados. Quer dizer, estamos diante de uma direita neófito e fragmentada (CERVI, 2014, p. 04).

Ao desagregarmos os dados podemos observar de forma específica o comportamento da escolha partidária dentro das duas classes de policiais militares pesquisadas: praças e oficiais. No que se refere à classe de oficiais temos que, em que pese à discreta participação destes no período estudado, nota-se um predomínio da escolha do centro para a direita, não obstante a presença de escolha por grandes de esquerda e pequeno fisiológico.

No que diz respeito à cronologia do espectro partidário ideológico quando analisada a classe de oficiais, não apresenta padrão definido e não há predomínio de nenhuma categoria, muito provavelmente pelo número reduzido de elementos nesta classe. Neste quesito específico, contamos 07 elementos no período histórico, assim distribuídos: em 1998, 01 oficial por grande de direita e 01 oficial por pequeno de direita; em 2002, apenas 01 oficial por grande de centro; em 2006, 01 oficial por grande de direita e 02 oficiais por grande de esquerda; em 2010 não houve candidatos da classe de oficiais e em 2014 temos apenas 01 oficial por pequeno fisiológico.

Ao analisarmos a classe das praças no mesmo quesito, até pelo volume maior de indivíduos, mesmo não havendo concorrentes em 1998, fica mais nítido o posicionamento ideológico partidário. Aqui há a supremacia na escolha por pequenos de direita; a incidência permanente de grandes de direita em todas as eleições em que as praças participaram e uma distribuição quase equivalente entre grandes de esquerda e grandes de centro, bem como, a presença de pequenos fisiológicos:

Gráfico 5 - Praças no espectro partidário ideológico – 1998 a 2014



Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

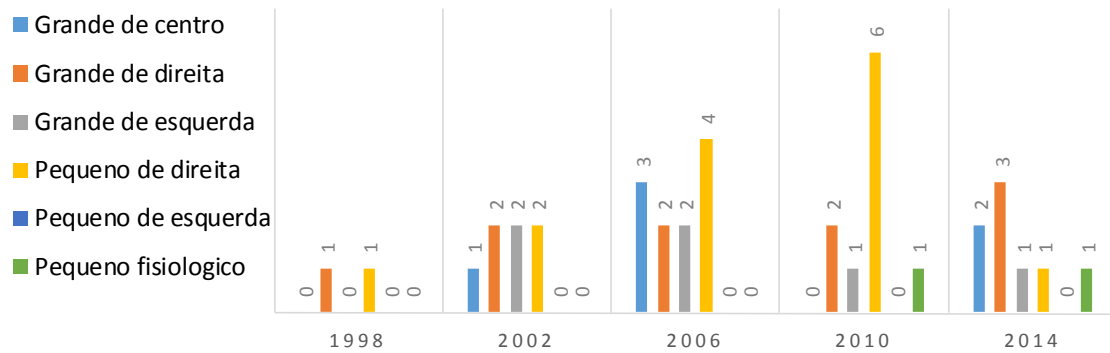
Os dados de oficiais e os de praças no espectro partidário ideológico revelam adicionalmente, a partir de 2010 a escolha por pequenos fisiológicos. Neste sentido, Berlatto e Codato quando da análise de candidatos policiais na política nacional, notadamente aspirantes ao Parlamento Federal colocam que os partidos fisiológicos não possuem uma ideologia específica ou definida. Naquele estudo revelaram que a presença de partidos fisiológicos como opção de policiais e militares passou de 7,5% do total de concorrentes em 1998, para 26,3% em 2014 (BERLATTO; CODATO, 2014, p.08), e complementam:

A preponderância dos “partidos fisiológicos” em 2014 pode ser explicada, entre outras coisas, por um aumento no número de candidaturas com propostas que atendem mais a demandas corporativas das “polícias” do que aquelas que advogam plataformas ideológicas ou morais. Elas encontram nesses partidos, possivelmente, um lugar mais oportuno para se manifestar. As mudanças nas regras de entrada e ascensão nas carreiras policiais, a ampliação de direitos políticos nas corporações, como a liberdade de expressão, de direitos trabalhistas, como os salariais, e de associação, principalmente no caso dos policiais militares e bombeiros militares, estão entre essas demandas corporativas (BERLATTO; CODATO, 2014, p. 10).

Se analisarmos agora a cronologia dentro do espectro ideológico e partidário com vistas às opções pelos cargos pretendidos, Deputado Estadual ou Deputado Federal, veremos primeiramente que a opção pelo Parlamento Estadual está situada majoritariamente do centro para a direita, com destaque para a supremacia de pequenos de direita. Não obstante tal destaque, também se verifica a opção em valores estáveis a partir de 2002, primeiro pleito em que as praças participaram, por grandes de esquerda:



**Gráfico 6 - Deputado Estadual espectro ideológico – 1998 a 2014**



Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

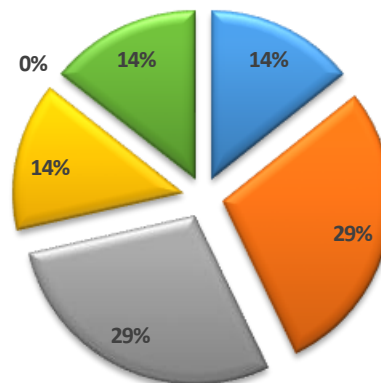
Quando se trata de aspirantes ao Parlamento Federal temos que a opção por este tipo de candidatura é, em volume, muito tímida quando comparada em relação ao Parlamento Estadual. Neste sentido, considerando as classes de oficiais e praças juntos temos que: em 1998 não houve candidatos a deputado federal; em 2002, 01 candidato por pequeno de direita; em 2006 novamente não houve candidatos; em 2010, 04 candidatos distribuídos igualmente em grande de centro, grande de direita, grande de esquerda e pequeno de direita e, em 2014 temos 04 candidatos, sendo dois por pequeno de direita e dois por pequeno fisiológico.

Resumidamente, as escolhas de oficiais e praças dentro do espectro ideológico, de forma agregada, poderiam ser visualizadas percentualmente em relação a todos os elementos e em todas as eleições da seguinte maneira:

**Gráfico 7 – Percentuais agregados ideológicos partidários de oficiais**

**Oficiais**

- grande de centro
- grande de direita
- grande de esquerda
- pequeno de direita
- pequeno de esquerda
- pequeno fisiológico

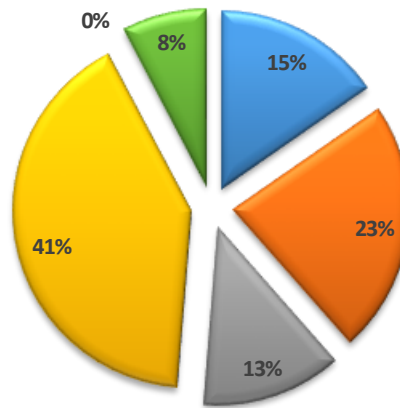


Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

Gráfico 8 – Percentuais agregados ideológicos partidários de praças

**Praças**

- grande de centro
- grande de direita
- grande de esquerda
- pequeno de direita
- pequeno de esquerda
- pequeno fisiológico



Fonte: produzido pelo autor a partir de PMPR/Estado-Maior/2ª Seção- 2015

Fica evidente ao se analisar os gráficos 07 e 08 que o conjunto de policiais militares do Paraná candidatos aos parlamentos estadual e federal situam-se prevalentemente na no espectro ideológico de direita. Oficiais constituem 43% nesta opção ideológica e praças 64%. Neste sentido, reforça-se o argumento da atividade policial militar como variável explicativa o fato de que a experiência profissional dos agentes de segurança pública é um *recurso social* facilmente instrumentalizável durante campanhas eleitorais uma vez que as demandas da sociedade brasileira nesse campo tendem, em geral, para o reforço das formas repressivas de controle social (BERLATTO; CODATO, 2014, p.02).

Em relação aos pequenos partidos de direita e mesmo aos fisiológicos, deve-se considerar a existência de intenção dos aspirantes em se diferenciarem dos políticos profissionais e do seu estilo de política como elemento ideológico fundado na visão negativa da política e dos políticos, muito presente entre as forças repressivas do Estado (BERLATTO; CODATO, 2014, p.11).

A política paranaense não revelou a mesma tendência encontrada pelos autores supracitados quanto à escolha por partidos pequenos de esquerda no estudo realizado por eles. Lá se verificou uma maior concentração de candidatos em 2014 em pequenos de esquerda do que em pequenos de direita, defendendo que uma explicação poderia ser dada pelo discurso da desmilitarização<sup>7</sup> das polícias militares com a conseqüente reformulação na estrutura das carreiras quanto no processo do trabalho policial (BERLATTO; CODATO, 2014, p.11). Aqui, verificamos a absoluta ausência de pequenos de esquerda.

Contudo, observam-se também nos dados dos gráficos 07 e 08 que a esquerda está presente. Esta corrente ideológica se faz perceber pelos grandes partidos em 29% dos oficiais e 13% dos praças, portanto, significativa. Considerando as praças constituírem mais que o dobro dos oficiais nesta opção, pode-se considerar válido o mesmo argumento da desmilitarização dado ser esta uma ideia difundida e sedimentada entre os estratos subordinados.

<sup>7</sup> A desmilitarização das policiais militares encontra-se em discussão no Congresso Nacional. Paralelo às discussões legislativas, as praças vêm se organizando em entidades representativas de classe. No Paraná já são em número significativo, reunidas e fórum permanente. Apoiam o processo de desmilitarização como forma de também permitir ciclo único de carreira, possibilitando, no seu entendimento, oportunidades de ascensão iguais aos dos oficiais. Tal discurso encontra apoio político nos partidos de esquerda, notadamente nos pequenos de esquerda, tradicionais defensores do processo de desmilitarização das PMs.

## Conclusões

Os dados apresentados, mesmo que constituindo parte de pesquisa em andamento, nos permitem algumas conclusões. Primeiramente que no Paraná existe uma clara e expressiva evolução do número de candidatos oriundos da Polícia Militar concorrentes em eleições proporcionais: após não contar com nenhum candidato nas eleições de 1994 e apenas 02 no pleito de 1998, em 2010 havia 14 candidatos oriundos dessa categoria; no pleito seguinte foram 12 candidatos (ver gráfico 01).

Além disso, os candidatos preferem em maior número concorrerem a cadeiras no parlamento estadual do que ao federal: em um universo de 46 candidatos apenas 05 concorreram à Câmara Federal. Situam-se ideologicamente em maioria no espectro partidário ideológico de direita, em que pese significativa presença de candidatos por grandes de esquerda, sobretudo na classe formada por praças. Diferentemente do que se observou em BERLATTO e CODATO (2015), tendo como objeto candidatos policiais ao parlamento nacional em 2014), no Paraná há completa ausência de pequenos de esquerda enquanto escolha partidária.

Nas classes de carreira, considerados candidatos a deputado estadual e federal conjuntamente, as praças são em maior número constituindo 39 elementos do universo estudado sendo dele 03 mulheres enquanto candidatas. Quanto aos oficiais, temos do total de 07 elementos a ausência de qualquer representante do sexo feminino, ou seja, o universo de candidatos é predominantemente de praças e masculino.

A taxa de sucesso eleitoral de policiais militares do Paraná concorrentes a cargos de Deputado Estadual e a Deputado Federal desde 1998 é nula. Neste sentido, poderíamos inferir em sede de hipótese, ainda que exploratória, conforme já afirmado por outros autores, que a profissão policial militar é de fato um recurso social instrumentalizável por parte dos candidatos, mas não é apreendido pelo eleitor no mesmo potencial em que o candidato o utiliza por razões ainda a serem exploradas.

## Referências

- BERLATTO, Fábria; CODATO, Adriano. Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal. Disponível em: [http://www.academia.edu/9974362/BERLATTO\_C3%A1bia\_CODATO\_Adriano.\_Candidatos\_policiais\_na\_polC3%ADtica\_nacional\_uma\_aC3%A1lise\_dos\_aspirantes\_a\_deputado\_federal]. Acesso em: 10 abr. 2015.
- CERVI, Emerson. A evolução das bancadas de direita no Brasil: uma análise da Câmara dos Deputados (1945-2014). Disponível em: [http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observat%C3%B3rio-v.-1-n.-11.pdf]. Acesso em: 18 out. 2015.
- CODATO, Adriano; COSTA, Luiz D.; MASSSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. Disponível em: [http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/apre.php]. Acesso em: 19 abr. 2015.

**Outras fontes**

PARANÁ, Polícia Militar. Estado Maior/Segunda Seção.

PARANÁ, Polícia Militar. Estado Maior/Primeira Seção.

\* **Elias Ariel de Souza** é Oficial Superior (Major) do serviço ativo da Polícia Militar do Paraná. Bacharel em Segurança Pública pela APMG; Especialista em Gestão de Segurança Pública pela UFPR; Especialista em Gestão Integrada de Segurança Pública para o Magistério Superior pela UNINTER e acadêmico em Ciência Política na UNINTER. E-mail: [major.elias@gmail.com](mailto:major.elias@gmail.com)

como citar:

Souza, Elias Ariel de. 2015. Policiais militares e eleições proporcionais no Paraná: análise sobre os candidatos a deputado estadual e a deputado federal de 1998 a 2014. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.2, n. 13, dezembro. p. 1-15. ISSN 2359-2826

## Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico: [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com)

Copyright© 2015



observatory of brazilian political and social elites  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

**Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826**

editores: Adriano Codato (ufpr); Wellington Nunes (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (ufpr); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp);  
Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (ufpr); Frederico  
Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa  
Kerbaui (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato  
Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

**observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

## **Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Newsletters** are available online at <http://observatory-elites.org/newsletter/> and subscriptions can be requested by email to [uelites@gmail.com](mailto:uelites@gmail.com).